

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROPRIETÁRIO ARRENDADOR DO IMÓVEL  
RURAL PELO USO INDEVIDO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
PELO ARRENDATÁRIO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO  
2017**

**LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROPRIETÁRIO ARRENDADOR DO IMÓVEL  
RURAL PELO USO INDEVIDO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
PELO ARRENDATÁRIO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor M.e Telmo de Moura Passareli.

**Cacoal- RO  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

N972r Nunes, Lara Maria Monteiro Franchi.

A responsabilidade civil do proprietário arrendador do imóvel rural pelo uso indevido da área de preservação Permanente pelo arrendatário / Lara Maria Monteiro Franchi Nunes. -- Cacoal, RO, 2017.

47 f.

Orientador(a): Prof. Me. Telmo de Moura Passareli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Contrato de arrendamento rural. 2. Dano ambiental. 3. Responsabilidade civil do arrendador. I. Passareli, Telmo de Moura. II. Título.

CDU 349.6

---

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROPRIETÁRIO ARRENDADOR DO IMÓVEL  
RURAL PELO USO INDEVIDO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
PELO ARRENDATÁRIO**

por

**LARA MARIA MONTEIRO FRANCHI NUNES**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor M.e Telmo de Moura Passareli

---

Professor M.e Gilson Tetsuo Miyakava

---

Professor William Ricardo Grilli Gama

Conceito: 85.

Cacoal, 19 de Julho de 2017 .

Dedico este trabalho a todas as pessoas que atendi enquanto estagiei na Defensoria Pública do Estado de Rondônia, pois cada uma delas me mostrava todos os dias o porquê de eu ter escolhido esta profissão para minha vida, surpreendendo-me e fazendo com que, a cada dia, amasse mais minha escolha profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por todos os dias me dar forças para recomeçar e lutar por meus objetivos com garra e determinação.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Rosa e Clodoaldo, e a meus irmãos, Bruna, Diego e Matheus, por serem meu alicerce e sempre me apoiarem e incentivarem a estudar e buscar conhecimento.

Agradeço ao meu namorado, Jonata B. M. Santana, por sempre me apoiar nas derrotas e me motivar para as vitórias, tanto pessoalmente, quanto profissionalmente, visto ser uma das pessoas mais brilhantes que já conheci no Direito.

Agradeço a todos os meus amigos, Aline, Valmir, Rayhane, Heloísa, Hiago, Vitória, Daniel, Marla, pela amizade sincera e pelas discussões jurídicas nem sempre relevantes, mas que sempre me ensinavam algo.

Agradeço à Dr<sup>a</sup> Terezinha Moreira Santana por sempre me incentivar nos estudos e mostrar a força que a mulher tem na advocacia.

Aos professores da UNIR, que sempre nos incitaram a pensar e buscar, nunca dando as coisas de mão beijada, mas, sim, ensinando a pescar.

Agradeço do fundo do meu coração a todos os servidores da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, por me acolherem tão bem como estagiária e a cada dia me ensinarem coisas novas com paciência e dedicação, principalmente a Dr<sup>a</sup> Regiane e a Dr<sup>a</sup> Amanda, que sempre sanavam minhas dúvidas e curiosidades relativas à prática do Direito.

Agradeço também ao meu orientador pela confiança dada a mim para execução do tema proposto.

## RESUMO

Impactos ambientais são quaisquer ações que gerem alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente. Desta forma, qualquer atividade que seja realizada pelo homem ao meio ambiente ocasionará um impacto ambiental que poderá ser positivo ou negativo. Contudo, na maioria das vezes esse impacto ocorre de forma negativa, gerando um dano ao meio ambiente. Entre os impactos ambientais que esse dano pode gerar, pode-se citar como principais a diminuição de mananciais, inundações, erosões, mudanças climáticas, extinção de espécies, poluição, dentre outros. Gerando nestes casos ambientes danificados que não conseguem se regenerar ao seu *status quo*, desta forma, existem diversas políticas públicas para proteger ambientes essenciais a uma saudável qualidade de vida para toda a sociedade. Essas medidas estão presentes inclusive em contratos de natureza agrária, para que haja uma produção ordenada e sustentável. Nesse contexto, observando os contratos de arrendamento rural, suas partes, seus requisitos e suas cláusulas especiais e a partir daí buscando a responsabilização cível do proprietário arrendador do imóvel rural, pelo dano causado exclusivamente pelo arrendatário a área de preservação permanente. Sendo apresentadas diferentes vertentes de responsabilização em diversas áreas do direito, busca-se a que melhor se adequa a sistemática jurídica brasileira.

**Palavras-chave:** Contrato de Arrendamento Rural. Dano. Responsabilidade.

## **ABSTRACT**

Environmental impacts mean any action which causes changes in physical, chemical, or biologic properties in environment. Thus, any activity performed by mankind towards the environment will cause an environmental impact. This impact may be either positive or negative. However, most often, this impact occurs in a negative way, causing damages to the environment. Among the environment impacts which this damage may cause, it is possible to mention the following which may be considered the main damages: water source reduction, floods, erosions, climate changes, species extinction, pollution, among others. Most of the times, the damaged environments cannot regenerate themselves or return to their status quo. Therefore, there are several public political policies for protecting essential environments towards a high quality of life for all the society. These measures are also present in agreements related to cattle raising, so that there can be an orderly and sustainable production. In this context, analyzing the agricultural lease agreements, their parties, requirements, and special clauses, it is possible to search for the lessor's civil liability for the rural property for the damage exclusively caused by the tenant to the area of permanent preservation. Since different responsibility aspects have been presented in several law areas, one searches for the aspect which best fits the Brazilian judicial system.

**Keywords:** Agricultural lease agreement. Damage. Responsibility.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>11</b>
1.1 DO DIREITO AGRÁRIO.....	11
1.1.1 Contratos de Arrendamento Agrário.....	11
1.1.2 Das Cláusulas Obrigatórias de Respeito ao Meio Ambiente e aos Recursos Naturais.....	14
1.2 DO DIREITO AMBIENTAL .....	15
1.2.1 Áreas De Preservação Permanente.....	19
1.2.2 Dano Ambiental.....	23
1.3 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	24
1.3.1 Princípios Constitucionais Ambientais.....	25
1.3.2 Análise do artigo 225 da Constituição Federal.....	27
<b>2 PROTEÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIZAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
2.1 RESPONSABILIZAÇÃO NO DIREITO CIVIL.....	29
2.2 RESPONSABILIZAÇÃO NO DIREITO AGRÁRIO .....	31
2.3 RESPONSABILIZAÇÃO NO DIREITO AMBIENTAL E NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	33
<b>3 DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>OBRAS CONSULTADAS.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho em tela tem por finalidade averiguar a responsabilização cabível ao proprietário arrendador do imóvel agrário pelo uso indevido da área de preservação permanente pelo arrendatário locador do imóvel.

Visto que o proprietário também obtém lucros derivados das produções, ele teria a responsabilidade de fiscalizar a utilização dos bens pelo arrendatário-locador.

A proteção ao meio ambiente deve ser observada por toda a sociedade que a integra, visto se tratar de um bem coletivo, de um direito difuso que deve ser protegido por todos. Por isso, deve-se analisar os princípios balizadores do Direito Ambiental, como por exemplo, o Princípio do Poluidor – Pagador.

Tem-se, por análise, três hipóteses de responsabilizações: a primeira, em que a responsabilização civil pelo dano causado à área de preservação permanente pelo arrendatário locatário do imóvel rural é exclusivamente sua, uma vez que Código Civil disciplina que, aquele que, por ação ou omissão, violar direito de vir a causar dano a outras pessoas, por ato ilícito, será obrigado a repará-lo.

A segunda hipótese, por sua vez, trata do contrato agrário, em que as partes devem obedecer fielmente às cláusulas obrigatórias de proteção aos recursos naturais determinadas legalmente. Havendo o descumprimento das referidas cláusulas, em caso de dano ambiental, as partes respondem subsidiariamente.

Por último, levando-se em consideração que os danos causados ao meio ambiente, especificamente nas áreas de preservação permanente, são danos que atingem a toda uma coletividade e seriam legitimados para compor o polo passivo da responsabilidade civil todos aqueles que, de alguma forma, estão vinculados ao dano ambiental, aplicando-se, assim, a responsabilização prevista na Constituição Federal de 1988.

A partir deste contexto, serão apresentados 3 capítulos. Inicia-se com os conceitos envolvidos e as noções preliminares dos contratos agrários e as áreas de preservação permanente.

O segundo capítulo explicitará a responsabilização nas vertentes ao Direito Agrário, Ambiental, Civil e Constitucional.

E, por fim, o último capítulo trabalhará qual norma efetivamente será aplicada, analisando a sistemática jurídica brasileira.

Assim, mediante análise dos Princípios e Legislações vigentes, buscará a responsabilização cabível ao caso apresentado, utilizando-se o método dogmático jurídico. Tomou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica por meio de materiais já publicados, embasando-se em livros doutrinários, leis vigentes, e artigos científicos relacionados ao tema.

# **1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES PRELIMINARES**

## **1.1 DO DIREITO AGRÁRIO**

O direito agrário é definido por Freitas (2012, s.p.), como:

Ramo autônomo do direito, com princípios próprios e que não podemos negar sua importância e seu peso nas relações jurídicas entre o ser humano e o campo. Além disto, também é possível compreender que no mesmo Direito agrário existam regras que enfatizam o interesse coletivo em detrimento do particular, uma vez que é no Direito agrário que as relações entre o homem e o campo, absorvem a produção agrícola, pecuária, leiteira, florestal e daí, sem dúvida a produção alimentar que assegura a sobrevivência da humanidade.

Já Opitz (2014, p. 57) explicita que é definido como o campo do direito que, através um conjunto de normas jurídicas, disciplina assuntos relacionados à exploração dos imóveis rurais.

Direito agrário trata de um ramo que carece de interdisciplinaridade com outras matérias como economia, direito civil, ambiental, constitucional e trabalhista, dentre outras, para que atinja uma máxima eficácia e efetividade, podendo, assim, desenvolver, da melhor forma possível, as atividades econômicas rurais.

Basicamente este ramo versa sobre normas para regulamentação da economia agrária, criando institutos para regular práticas agrárias existentes, visando o melhor desenvolvimento rural e impõe medidas que visem realizar a melhor distribuição de terras, buscando a satisfação do bem-estar social, tanto para proprietários, quanto para trabalhadores bem como a segurança para conservação dos recursos naturais.

### **1.1.1 Contratos de Arrendamento Rural**

Os contratos de arrendamento rural são regidos pelos arts. 92 a 95 do Estatuto da Terra e regulamentados pelo Decreto 59.566/1966.

O contrato de arrendamento rural pode ser definido pelo artigo 3º do Decreto 59.566/1966, que disciplina os contratos de arrendamento agrário e parceria rural, que conceitua o instituto como o contrato pelo qual uma pessoa obriga-se a ceder à outra,

determinando o tempo ou não, o uso e gozo do imóvel rural, no todo ou em parte, estando ou não inclusos outros bens, benfeitorias ou facilidades. Tem por objetivo exercer atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, observando os limites estipulados em lei.

O artigo 92 da Lei nº 4.504/64 determina que:

Art. 92. A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, nos termos desta Lei.

Basicamente, o contrato gira em torno do uso e gozo temporários do bem, podendo este contrato ser expresso ou verbal, tendo por sujeitos do contrato de arrendamento o arrendador ou arrendante, pessoa física ou jurídica, não se tratando especificamente do proprietário, podendo ser, também, o usufrutuário, o usuário ou possuidor do imóvel e o arrendatário, pessoa física ou jurídica, que exerce atividade econômica por meio do bem.

O instituto tem por objeto o uso e o gozo do imóvel rural, a depender de sua espécie, podendo ser de arrendamento agrícola: para uso e gozo da terra, do solo, para plantio e cultivo; arrendamento pecuário: para criação, recriação, invernagem ou terminação de rebanho; arrendamento agro-industrial: a fim de utilização de equipamentos agroindustriais de propriedade do arrendador; arrendamento de extração: com a intenção de explorar florestas nativas, animais, ou agricultura, sendo os bens de propriedade do arrendador, caracterizando como objeto apenas a exploração dos bens pelo arrendatário; por último, a exploração mista, que pode englobar mais de uma espécie de arrendamento.

Importante ressaltar que, como qualquer outro contrato no direito brasileiro, o contrato agrário não pode se valer de objeto ilícito, como, por exemplo, a utilização de mão de obra escrava para exploração agrícola.

Conforme o art. 95, X, “a”, do Estatuto da Terra, o arrendamento rural pode ser pago tanto em dinheiro, como também pelo equivalente dos frutos colhidos. Porém, a estipulação desta forma de pagamento deve estar fixada em pecúnia e a conversão deve ser feita no ato do pagamento pelos frutos, estando, assim, descrito no art. 12, VIII, do Decreto 59.566/1966:

Art 12. Os contratos escritos deverão conter as seguintes indicações:

VIII - Prazo de duração, preço do arrendamento ou condições de partilha dos frutos, produtos ou lucros havidos, com expressa menção dos modos, formas e épocas desse pagamento ou partilha;

O prazo para o término do contrato de arrendamento rural por tempo indeterminado está estipulado no art. 21, parágrafo 1º, primeira parte, do Decreto nº 59.566/1966, que aduz:

Art 21. Presume-se contratado pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, o arrendamento por tempo indeterminado.

§ 1º Os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive a de plantas forrageiras cultiváveis, após a parição dos rebanhos ou depois da safra de animais de abate.

Porém, no que se refere exatamente ao termo “depois da última colheita”, claramente pode-se descrever como o último ato necessário para o término dos trabalhos imprescindíveis à colheita dos frutos, pelo arrendatário.

O Decreto nº 59.566/1966 estipula em um rol alguns prazos para contratos agrários por tempo determinado, a depender de sua espécie, que se encontram no art. 13, II, “a”:

Art 13. Nos contratos agrários, qualquer que seja a sua forma, contarão obrigatoriamente, cláusulas que assegurem a conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica dos arrendatários e dos parceiros-outorgados a saber.

II - Observância das seguintes normas, visando à conservação dos recursos naturais:

a) prazos mínimos, na forma da alínea “b ”, do inciso XI, do art. 95 e da alínea “ b ”, do inciso V, do art. 96 do Estatuto da Terra:

- de 3 (três) anos, nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura temporária e ou de pecuária de pequeno e médio porte; ou em todos os casos de parceria;

- de 5 (cinco) anos, nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura permanente e ou de pecuária de grande porte para cria, recria, engorda ou extração de matérias primas de origem animal;

- de 7 (sete) anos, nos casos em que ocorra atividade de exploração florestal;

Contudo, se os bens sofrerem interferência de força-maior ou caso fortuito, os prazos ficam imediatamente prorrogados até o final da colheita, como preceitua a parte final do parágrafo 1º, do art. 21, do Decreto.

Dessa maneira, o contrato de arrendamento rural visa regulamentar um instituto existente na prática agrícola, estipulando as características concernentes à produção, à responsabilidade de cada parte contratante, à divisão dos lucros, ao tempo de duração do arrendamento e a quais medidas as partes devem tomar caso haja interferências não esperadas.

### **1.1.2 Das Cláusulas Obrigatórias de Respeito ao Meio Ambiente e dos Recursos Naturais**

O art. 13, inciso II, do Decreto nº 59.566/1966, trabalha a aplicação de três normas para a proteção dos recursos naturais. São elas: a fixação de prazos mínimos para alguns contratos em espécie, o efetivo cumprimento das disposições do Código Florestal Brasileiro, e a execução de práticas agrícolas viáveis para os vários tipos de exportação.

Em relação aos prazos mínimos fixados para utilização dos imóveis em cada espécie de contrato de arrendamento agrário, já citados anteriormente, são fixados:

- 03 (três) anos para arrendamento com intuito de exploração de lavoura temporária, e ou de pecuária de pequeno e médio porte.
- Em 05 (cinco) anos nos arrendamentos que visem à atividade de exploração de lavoura permanente ou de pecuária de grande porte para cria, recria, engorda, ou extração de matérias primas de origem animal.
- Por fim, em 07(sete) anos para a exploração florestal.

Conforme Soares (*apud* VIEIRA, 2013, p. 05), em seu artigo sobre Análise da Cláusula de Conservação dos Recursos Naturais Renováveis nos Contratos Agrários Nominados, fica estabelecido que:

O objetivo do legislador, em 1966, era proteger o débil econômico, assegurando-lhe um prazo mínimo para permanecer na terra e fazer com que ela cumprisse a sua função social. Hoje, com os sérios problemas ambientais existentes, tais prazos asseguram maior conservação dos recursos naturais da gleba. Dessa forma, em razão do tempo mínimo assegurado por lei, em que o arrendatário ou parceiro-outorgado possam executar a atividade agrária estabelecida no contrato, há necessidade de que o mesmo preserve e conserve melhor o seu instrumento de trabalho, ou seja, o imóvel rural e, conseqüentemente, os recursos naturais.

Observando o Novo Código Florestal, no que dispõe sobre a proteção de zonas específicas, como Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, percebe-se a proteção, que será explicitada mais à frente.

Já em relação ao cumprimento de práticas viáveis para exportação intensiva e extensiva, existe a regulamentação pelo Decreto nº 55.891/65, que especifica desde os meios de cultivo, produção até o transporte das produções agrícolas de pequeno, médio e grande porte, incentivando a criação, o uso e o melhoramento de tecnologias para crescimento das produções visando, o progresso econômico sustentável e o desenvolvimento social.

Pelas palavras de Vieira (2013, p. 06):

O Direito Agrário, ao dispor sobre as práticas a serem observadas nas atividades agrárias, busca o desenvolvimento integral do homem, ou seja, proporcionar a subsistência do rurícola com a sua produção e o excedente promover o crescimento, o progresso, o desenvolvimento, em sintonia com a sociedade.

Assim, as cláusulas obrigatórias aplicadas aos contratos agrários visam à proteção tanto do meio ambiente em si, como, solo, flora, fauna, ar, como também a uma produção de desenvolvimento sustentável para que as presentes e futuras gerações possam usufruir e desenvolver o que o campo pode oferecer.

## 1.2 DO DIREITO AMBIENTAL

A concepção de meio ambiente nasce da relação do homem com o que o rodeia. Desde o princípio, o homem possui relação de dependência para sua sobrevivência com o meio que habita.

A lei nº 6.938/1981, em seu artigo 3º, inciso I, conceitua meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas.”.

Nos dizeres de Silva M. (*apud* LUCENA, 2013, p.33), o meio ambiente também é caracterizado pelos elementos culturais e artificiais, além dos naturais, definindo-o como:

A interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida humana. Por isso é que a preservação, a recuperação e a revitalização do meio ambiente hão de construir uma preocupação do poder público, e, conseqüentemente, do direito, porque ele forma a ambiência (o habitat) no qual se move, desenvolve, atua e se expande a vida humana.



Assim, a doutrina classifica o meio ambiente em quatro vertentes:

- a) Meio Ambiente Natural, composto pela atmosfera, pelos elementos da biosfera, pelas águas, pelo solo, pelo subsolo, pela fauna e pela flora. Consistui-se, desta forma, no equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio pelo qual habitam.
- b) Meio Ambiente Artificial, formado pelo espaço urbano construído, reunido pelas edificações, como casas, prédios, e pelas utilidades públicas como ruas, praças, espaços livres; como também por edificações construídas em zonas rurais.
- c) Meio Ambiente Cultural, definido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Desta forma, o meio ambiente cultural é caracterizado pelo patrimônio histórico, artístico, paisagístico, ecológico, científico e turístico. Ou seja, o patrimônio cultural de um povo.

- d) Meio Ambiente do Trabalho, sendo o local onde as pessoas exercem suas atividades laborais, remuneradas ou não, devendo haver salubridade do meio e não existirem agentes que interfiram na saúde física e mental dos trabalhadores.

A partir destes conceitos surge o Direito Ambiental, ramo do direito público, que tem como escopo princípios e normas coercitivas para regular a atividade humana, influenciando direta ou indiretamente a saúde do meio ambiente, sendo ele natural,

artificial ou cultural, em sua dimensão global e visando um meio de desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações.

O Direito Ambiental tem como principal objetivo regular o desenvolvimento sustentável e garantir a determinação constitucional de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, observadas as necessidades das presentes e futuras gerações, sem privá-las de sua dignidade ambiental.

O Direito Ambiental teve sua independência com a promulgação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, pela influência da Conferência da ONU no ano de 1972, em Estocolmo.

A partir da lei da Política da Nacional do Meio Ambiente (PNMA), surgiram os princípios do direito ambiental, desempenhando funções para interpretação das leis, formando uma rede de integração e harmonização para a sistemática jurídica brasileira, na aplicação ao caso concreto.

Vasconcellos e Benjamim (*apud* ARAÚJO, 2012, p. 61) estabelecem que as funções principais dos princípios do direito ambiental para aplicação e compreensão:

- a) São os princípios que permitem compreender a autonomia do Direito Ambiental em face dos outros ramos do Direito;
- b) São os princípios que auxiliam no entendimento e na identificação da unidade e coerência existentes entre todas as normas jurídicas que compõem o sistema legislativo ambiental;
- c) É dos princípios que se extraem as diretrizes básicas que permitem compreender a forma pela qual a proteção do meio ambiente é vista na sociedade;
- d) E, finalmente, são os princípios que servem de critério básico e inafastável para a exata inteligência e interpretação de todas as normas que compõem o sistema jurídico ambiental, condição indispensável para a boa aplicação do Direito nessa área.

Conforme Antunes (2005, p.16), os princípios ambientais são subdivididos em dois tipos: os explícitos, que se encontram normatizados na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais; e os implícitos, que são interpretados a partir do ordenamento jurídico como um todo.

Existe uma grande quantidade de princípios ambientais. Dentre eles podemos destacar:

- Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado:

Preza o pelo equilíbrio ecológico, pois, ocorrendo o desequilíbrio, todas as formas de vida podem ser afetadas, inclusive a humana. Está elencado na

Constituição Federal, em seu art. 225.

- Princípio do Desenvolvimento Sustentável:

Advém da avaliação que deve ser observada entre o direito fundamental ao desenvolvimento econômico e o direito à preservação ambiental.

Conforme Brito (*apud* ARAÚJO, 2012, p.62), a palavra central para delinear este princípio é Sustentabilidade. Assim coloca:

Sustentabilidade que não inibe, de qualquer forma, os desequilíbrios naturalmente provocados pela ação da existência humana em seu meio, mas que, notadamente, não aceita que o desenvolvimento humano, em busca de sua constante evolução, ameace a suportabilidade do meio ambiente ante os impactos gerados. Isto por que esta suportabilidade faz-se fundamental para que o planeta se mantenha habitável e existente.

- Princípio da Prevenção:

A semântica da palavra prevenção traz o sentido de cuidar antecipadamente. Antecipar as consequências de uma ação, para que se possa prevenir o resultado, reprimindo e remediando consequências futuras. Aqui se trabalha com o risco certo.

- Princípio da Precaução:

Este princípio visa à ação de forma precavida, pois não se pode medir as consequências que determinado ato causará ao meio ambiente no espaço e tempo, muito menos seus reflexos e consequências.

Assim, este princípio diz respeito à ausência de certeza científica, estando relacionado ao conceito de risco incerto ou duvidoso.

- Princípio do Poluidor – Pagador:

O princípio do poluidor-pagador abarca o dever do poluidor de pagar o custo pelo dano causado ao meio ambiente, visando prevenir, através de investimentos em meio tecnológicos providências reparadoras, quando já tiver ocorrido o dano. Este princípio tem o intuito de imputar ao causador da poluição a onerosidade gerada pela poluição causada.

Fiorillo (*apud* ARAÚJO, 2012, p. 66) explicita:

Num primeiro momento, impõe-se ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção dos danos ao meio ambiente que sua atividade possa ocasionar. Cabe a ele o ônus de utilizar instrumentos necessários à prevenção dos danos. Numa segunda órbita de alcance, esclarece este

princípio que, ocorrendo danos ao meio ambiente em razão de atividade desenvolvida, o poluidor será responsável pela sua reparação.

Este princípio não está embasado na compensação dos danos causados pela poluição. Seu intuito é a inclusão de todos os custos utilizados para proteção do meio ambiente, visando, assim, os custos de prevenção, de reparação e de repressão do dano ambiental.

### **1.2.1 Áreas de Preservação Permanente**

O Código Florestal regulamenta as Áreas de Preservação Permanente (APP's). Seu artigo 3º, inciso II, explica o termo:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

Em seu Capítulo II, o Código delimita as áreas de proteção e traz a forma de proteção aplicada. Delineia as áreas protegidas, elencando uma a uma.

O artigo 4º delimita áreas de preservação permanente, tanto em zonas urbanas, quanto em zonas rurais, listando:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

Estas APP's são consideradas como matas ciliares, que funcionam como proteções ambientais para impedir que ocorra o assoreamento dos rios, ou cursos

d'água, garantindo, assim, a segurança das populações próximas contra enchentes, funcionando como uma esponja para a absorção das águas nas cheias.

O artigo 2º, inciso XII, XIII, XIV, do Decreto 7.830/2012, explicita algumas definições para maior clareza:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto entende-se por:

XII - rio perene - corpo de água lótico que possui naturalmente escoamento superficial durante todo o período do ano;

XIII - rio intermitente - corpo de água lótico que naturalmente não apresenta escoamento superficial por períodos do ano;

XIV - rio efêmero - corpo de água lótico que possui escoamento superficial apenas durante ou imediatamente após períodos de precipitação;

O inciso II, do artigo 4º, do Código Florestal (CFlo.) delimita as áreas de proteção no entorno de lagos e lagoas naturais, explicitando a faixa de proteção com largura mínima pelos incisos: “a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d’água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;”

O inciso III trata dos entornos de reservatórios d’água artificiais decorrentes de barramento ou represamento de cursos d’água naturais, sendo definida a faixa de proteção pela Licença Ambiental do local.

O parágrafo 4º, do artigo 4º do CFlo, descreve, porém, que, nos casos de reservatórios artificiais de água que não decorram de barragem ou represamento de curso d’água naturais, limitados à área inferior a 1 hectare, não pode haver supressão da área de vegetação nativa ainda existente, salvo por autorização do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. Do contrário, não precisam ter área de preservação permanente.

O artigo 5º do CFlo registra que nos reservatórios para geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, a desapropriação ou a instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das áreas de preservação permanente que existirem no entorno.

O empreendedor deverá, ainda, elaborar, no Licenciamento Ambiental, um plano de conservação e uso do entorno do reservatório.

O inciso IV, do artigo 4º, trata dos entornos de nascentes e olhos d'água, estipulando a área de proteção em no mínimo um raio de 50 metros, independentemente do local situado.

Esta proteção é de suma importância, pois a nascente é, nas palavras de Amado, “o afloramento natural do lençol freático que apresenta serenidade e dá início a um curso d'água, ao passo que o olho d'água é o afloramento natural do lençol freático”.

O próximo inciso zela pelas encostas ou partes destas com declive acima de 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive. A intenção deste tipo de proteção é prevenir a ocorrência deslizamentos de terra, pois a vegetação nativa é propícia para evitar desmoronamentos.

O inciso VI versa sobre as restingas, como fixadores de dunas ou estabilizadores de mangues.

Conforme Amado (2014, p. 252):

Restinga é o depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, em que se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado.

No inciso VII, são elencadas as áreas de manguezais em toda sua extensão. Nas palavras de Amado (2014, p. 253):

Manguezal é o ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina.

No inciso IX, são abordados os tipos de morros, montes, montanhas e serras, com as especificações de altura e relevo para cada tipo.

No inciso subsequente, são especificadas as áreas superiores a 1.800 metros de altitude e qualquer que seja a vegetação, esta é protegida na integralidade.

É tratado no inciso XI sobre as veredas. Conforme Amado, são mais conhecidas como savanas brasileiras, pelo tipo de solo e vegetação existente.

O parágrafo 6º, do artigo 4º, discorre sobre a prática de aquicultura, criação de peixes, mariscos ou outros que utilizem ambiente aquático e a infraestrutura física

diretamente associada aos imóveis que tenham até 15 módulos fiscais, autorizando a utilização das áreas e preservação permanentes, tratadas nos incisos I e II, próximas a rios e lagos.

O parágrafo 10º especifica que as áreas urbanas serão direcionadas pelo Plano Diretor do Município.

Normas de Direito Ambiental, conforme a Constituição Federal, são de competência legislativa concorrente, inerentes a todos os entes da federação, para que, dessa forma, haja a maior proteção possível.

O artigo 6º, do CFlo, dispõe, ainda, que o poder público pode especificar outras áreas que considerar necessárias para a proteção. Assim:

Art. 6º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades:

I - conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha;

II - proteger as restingas ou veredas;

III - proteger várzeas;

IV - abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção;

V - proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico;

VI - formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

VII - assegurar condições de bem-estar público;

VIII - auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

IX - proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional.

Podendo, assim, instituir outras áreas de preservação permanente, sendo estas cobertas por florestas ou outro tipo de vegetação destinadas a uma das finalidades contidas nos incisos do artigo 6º.

### 1.2.2 Dano ambiental

Legalmente não há conceituação para dano ambiental na legislação pátria. Doutrinariamente, pelas palavras de Leite (*apud* LUCENA, 2013, p. 56), é conceituado como:

Toda lesão intolerável causada por qualquer ação humana (culposa ou não) ao meio ambiente, diretamente, como macrobem de interesse da coletividade, em uma concepção totalizante, e indiretamente a terceiros, tendo em vista interesses próprios e individualizados e que refletem no macrobem.

Para Milare (*apud* ALBUQUERQUE, 2014, s.p.), “o dano ambiental é a lesão aos recursos ambientais com consequente degradação - alteração adversa ou *in pejus* do equilíbrio ecológico”.

Assim, a percepção de dano ambiental deve referir-se a um amplo conceito de meio ambiente, não se considerando somente elementos naturais, incluindo-se, também, elementos culturais e artificiais, ou seja a relação dos seres vivos e o ambiente natural.

O dano ambiental pode ser classificado em duas modalidades, conforme está previsto no artigo 14, parágrafo 1º, da lei 6.938/81. A primeira, trata do dano ambiental coletivo, geralmente atingindo um número indefinido de pessoas, não conseguindo mensurar. Já o segundo versa sobre o dano ambiental individual pessoal, que infringe também interesses pessoais, legitimando os afetados a pleitear uma reparação pelo prejuízo causado.

O dano ao meio ambiente pode ser caracterizado de três formas: a primeira, pela pulverização de vítimas, que separa o dano tradicional do dano ambiental e de acordo com Milaré (*apud* ALBUQUERQUE, 2014, s.p.), é:

O dano tradicional, um acidente de trânsito, p. ex., atinge, como regra, uma pessoa ou um conjunto individualizado ou individualizável de vítimas; o dano ambiental, diversamente, pelo tratamento que o Direito dá ao bem ambiental (“bem de uso comum do povo”), afeta, necessariamente, uma pluralidade difusa de vítimas, mesmo quando alguns aspectos particulares da sua danosidade atingem individualmente certos sujeitos.

A segunda característica é a difícil reparação, pois só a responsabilização civil não consegue obter êxito na reparação. Para evitar esta ocorrência e tendo por base os prejuízos ocasionados ao meio ambiente, são, na maioria das vezes, irreparáveis.



O poder público deve, primeiramente, tentar coibir as agressões; posteriormente, tentar a reparação do dano em espécie; e, por último, a conversão em dinheiro para fins da reparação. Pelo ponto de vista ecológico, o meio ambiente afetado não consegue se reestabelecer ao que era anteriormente. Por essa razão, as políticas públicas de conservação e manutenção do meio ambiente devem visar à prevenção e à precaução a ocorrência do dano.

A terceira característica do dano ambiental é em relação à difícil valoração do dano sucedido, pois, por exemplo, a valoração de uma espécie em extinção, ou, então, de um rio afetado, é de extrema complexidade. Assim, o valor imposto ao dano não deve ser utilizado somente como forma de reparar o dano ocorrido, mas também como meio de coibir a incidência do dano para evitar a ocorrência.

Desta forma, para configurar o dano ambiental, requer-se a observância de alguns requisitos, iniciando-se pela definição, que necessita de uma análise do caso em concreto um exame da incidência dos prejuízos que afetaram os recursos ambientais, dentre eles os elementos que compõem os ecossistemas e até o próprio ser humano. Pode-se, assim, classificar o dano coletivo como aquele que afeta difusamente a coletividade ou dano individual, se conjuntamente acontecer à restrição do direito de um grupo determinado de pessoas. Contudo, para caracterização, é necessário haver a pulverização de vítimas e a difícil reparação e valoração do dano.

Destarte, a indenização em pecúnia deve ser a última medida, prezando, primeiramente, a precaução, a prevenção do dano. Caso seja desta maneira inviável, tentar a recomposição “in natura” pois o mais importante para a sociedade, é o equilíbrio ecológico, o bem-estar social e uma saudável qualidade de vida proporcionada pelos recursos ambientais.

### 1.3 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 trouxe como inovação às constituições vigentes anteriormente no país a proteção ao meio ambiente, incorporando, assim, valores ambientais a ela.

O direito ao meio ambiente equilibrado está entre os direitos de 3ª geração, partindo da ideia dos direitos que emanam da solidariedade social, sendo titular a própria coletividade.

### 1.3.1 Princípios Constitucionais Ambientais

Os princípios tem grande relevância para a sistemática jurídica brasileira, fazendo o papel de norte para aplicação da norma em conceito. A Constituição Federal trabalha alguns princípios ambientais, sendo alguns implícitos e outros explícitos.

#### - Princípio da Dignidade da Pessoa Humana:

Este princípio está amparado pelo artigo 1º, inciso III, da CF, que elenca vários comportamentos que devem ser observados em todos os ramos do direito, até mesmo no direito ambiental, pois o princípio em questão está relacionado à dignidade do homem num amplo contexto.

Conforme Duarte Júnior (2011, s.p.) do princípio da dignidade da pessoa humana decorrem todos os outros princípios. Assim:

[...] quando se fala em direito à vida, não se fala só em não ficar doente ou viver, mas em ter qualidade de vida, viver com qualidade. Por isso, há que se falar em direito à qualidade de vida, direito a uma vida digna, com um meio ambiente ecologicamente equilibrado, levando-se em conta todos os elementos da natureza, como: água, ar, solo, dentre outros.

#### - Princípio da Precaução:

Já citado anteriormente, tem a intenção da prudência, da cautela. Um dos princípios implícitos na CF, visa à proteção de danos graves ou irreversíveis futuros. Tem a intenção de evitar o risco mínimo ao meio ambiente, quando não se tem certeza do impacto que poderá ser causado.

O legislador tem explicitado a importância deste princípio em várias normas, determinando que qualquer conduta adotada pelo responsável deva observar as consequências que serão acarretadas ao meio ambiente, e, se, mesmo assim, ainda existirem dúvidas em relação à extensão dos danos causados, o ato não deverá ser realizado.

#### - Princípio da Prevenção:

Também já citado anteriormente, a CF se manifesta através deste princípio para que haja a motivação de políticas públicas de defesa dos recursos ambientais como forma de cuidado em relação aos danos ambientais. O art. 225, *caput*, expressa

sobre o dever que o Poder Público e a coletividade devem ter para proteger e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

Este princípio é o que tem mais abrangência nas leis ambientais, fundamentando políticas públicas, visando à proteção ao meio ambiente. Devido à recuperação de um dano ambiental ser extremamente onerosa e longínqua, quando possível a recuperação, é melhor uma política de atuação preventiva do que de recuperação.

Nogueira (*apud* FARIAS, 2006, s.p.) explicita que “a reparação, a indenização e a punição devem ser, respectivamente, os últimos recursos do direito ambiental.” Assim, a CF dá prioridade a medidas que visem ao impedimento do surgimento de danos ambientais.

- Princípio da Responsabilidade:

Este princípio traz como obrigação a reparação da degradação ao meio ambiente. O responsável pelo dano é obrigado a arcar com a responsabilidade e com as custas da reparação ou, se impossível, da compensação pelos danos causados.

O artigo 225, parágrafo 3º, da CF dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Outras normas legais também têm por base o princípio, que visa à responsabilização do poluidor, pessoa física ou jurídica, que responde pelas ações ou omissões de sua responsabilidade que findarem em perda ao meio ambiente, sucedendo a sanções cíveis, penais ou administrativas, isso se for levado em consideração que cada responsabilização ambiental se dará de forma autônoma e paralela nas esferas cível, criminal e administrativa.

Coelho (*apud* FARIAS, 2006, s.p.) ainda expressa um ponto importante do princípio da responsabilidade, dizendo: “Se for detectado falha no sistema de prevenção ou de precaução de uma determinada atividade econômica, assistirá a ela a obrigação de reparar o meio ambiente degradado.”.

Se for detectado falha no sistema de prevenção ou precaução de uma determinada atividade econômica, assistirá a ela a obrigação de reparar o meio ambiente. Este princípio também atua de forma coercitiva, visto que tem a função de prevenir danos, por meio de exemplo, de potenciais degradações.

### **1.3.2 Análise do Artigo 225 da Constituição Federal**

A CF, no título VIII – Da Ordem Social, em seu capítulo VI – Meio Ambiente, versa sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e em seu art. 225, caput, trata:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Através do caput do artigo, pode-se notar que o constituinte trouxe dois princípios, sendo que primeiro trata sobre a dignidade da pessoa humana por meio da proteção a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, preservando uma qualidade de vida digna; já o segundo versa sobre a participação democrática e comunitária quando expressa que todos, Estado e cidadãos. Toda a sociedade em si, têm o dever de preservar e resguardar o meio ambiente.

O parágrafo 1º do artigo em tela incumbe ao poder público assegurar a efetividade da proteção ao meio ambiente, elencando, nos setes incisos subsequentes, medidas que devem ser aplicadas. Basicamente os incisos versam sobre o impedimento de práticas que coloquem em risco a função ecológica do meio ambiente, coloquem a extinção de algumas espécies, ou, ainda, submetam animais à crueldade, além da imposição a quem explora recursos minerais, de recuperar o meio ambiente que foi degradado.

O parágrafo 2º, do artigo 225, traz a seguinte redação: “§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.”

O Decreto nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, regulamenta este parágrafo, versando sobre o código de mineração. É necessária, para a extração de minério, uma autorização, permissão, ou licença, obrigando a recuperação do meio ambiente degradado ao final da atividade de extração.

O parágrafo 3º do artigo em questão aborda a responsabilização daquele que causar dano ao meio ambiente, da pessoa que usufruir de maneira imprópria o meio ambiente, podendo essa responsabilização recair sobre o responsável nas esferas cível, penal e administrativa, permitindo serem aplicáveis vários tipos de sanções, dentre as quais se insere a reparação dos danos causados.

O parágrafo 4º do artigo discutido elenca os microecossistemas existentes no país e são assim descritos:

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O parágrafo 5º destaca: “§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.”

Conforme descreve Antônio Maria Claret Maia (1994 p. x) que, definido pelo Prof. Farjano Nogueira de Souza, terras devolutas são:

Terras que, com o descobrimento, se incorporaram ao patrimônio da Coroa Portuguesa e, com a Independência, passaram ao domínio nacional e não se encontram no domínio particular, por título legítimo e nem constituem próprios da União ou dos Estados ou dos Municípios.

O parágrafo 6º disciplina as usinas que operam com reator nuclear, colocando que elas deverão ter sua localização definida em lei federal, e, caso não o sejam, não poderão ser instaladas.

Assim, o intuito da Constituição Federal em proteger o meio ambiente é de garantir a individualização do direito à vida, especialmente, levando-se em consideração as futuras gerações e a preservação da qualidade de vida, a saúde e o desenvolvimento da atual sociedade, mediante o uso racional dos recursos naturais, visando a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é tarefa indispensável de toda a sociedade e do estado.

## 2 PROTEÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIZAÇÃO

Buscando-se a responsabilização civil nos contratos de arrendamento rural, de quem utiliza indevidamente as áreas de preservação permanente, levando-se em consideração que o ato foi praticado exclusivamente pelo arrendatário locatário do imóvel agrário.

Diniz (2010, p. 34) define responsabilidade civil como:

A aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar o dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda (responsabilidade subjetiva), ou, ainda, de simples imposição legal (responsabilidade objetiva).

O artigo 7º do CFlo diz que a vegetação situada em APP's deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, sendo esta pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. Caso haja a supressão da área, este será obrigado a promover a recomposição da vegetação.

Assim, fica clara a responsabilidade civil objetiva do arrendatário locatário da propriedade rural em relação aos danos causados às APP's.

Nesse sentido, o artigo 14 da Lei de Políticas Nacionais de Meio Ambiente, em seu parágrafo 1º, afirma que o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

Contudo, como fica a responsabilização civil do proprietário arrendador do imóvel rural? Desta forma, passa-se à análise da hipótese por cada ramo do direito envolvido, apresentando, assim, possíveis formas de responsabilização ao arrendador.

### 2.1 RESPONSABILIZAÇÃO NO DIREITO CIVIL

O Código Civil Brasileiro regula, no artigo 927 do Código Civil, a responsabilização por aquele que pratica ato ilícito, definindo, assim, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

O conceito de ato ilícito é definido pelos artigos 186 e 187 do Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Isto posto, tem-se que o dano causado às áreas de preservação permanente é considerado ato ilícito, pois viola o dever legal de não causar lesão a outrem, no caso o meio ambiente, estando protegido pelo Código Florestal Brasileiro e pela Lei da Política Nacional Do Meio Ambiente.

Consequentemente, consoante os diplomas legais citados, fica clara a responsabilidade do arrendatário pelos danos causados ao meio ambiente. Entretanto, deve-se também analisar a responsabilidade do arrendador.

A responsabilidade das obrigações cíveis podem ser em solidariedade ou em subsidiariedade. Ao caso tela, a única que se amolda é a solidariedade. Desta forma, então, o que é a obrigação solidária.

Por solidariedade se entende quando há uma única unidade objetiva da obrigação e uma pluralidade de credores ou devedores, sendo que cada um deles está obrigado ao adimplemento de toda a obrigação.

Neste sentido, no Capítulo VI, Das Obrigações Solidárias, o artigo 264 do Código Civil, tem-se: “Art. 264. Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.”

Cabe, ainda, esclarecer, de acordo com o artigo 265 do Código Civil: “a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”.

Dito isto, verifica-se que o arrendatário é responsável pelos danos causados ao meio ambiente. Tendo em vista ser esse o causador direto do dano, responde objetivamente.

Assim já julgou a Terceira Turma do Supremo Tribunal de Justiça em 21/02/2013, nos autos do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 206748 / SP, rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, analisa-se:

**AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. REDUÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL.**

**PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES.**

1. Não há que falar, na espécie, no óbice contido na Súmula nº 7/STJ, haja vista que os fatos já restaram delimitados nas instâncias ordinárias, devendo ser revista nesta instância somente a interpretação dada ao direito para a resolução da controvérsia. Precedentes.

2. Tratando-se de dissídio notório, admite-se, excepcionalmente, a mitigação dos requisitos exigidos pela Súmula nº 12 para a interposição do recurso pela alínea "c" "quando os elementos contidos no recurso são suficientes para se concluir que os julgados confrontados conferiram tratamento jurídico distinto à similar situação fática" (AgRg nos EAg 1.328.641/RJ, Rel. Min. Castro Meira, DJe 14/10/11).

**3. A Lei nº 6.938/81 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste.**

4. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, aos pescadores da região.

5. Agravo regimental provido para, conhecendo do agravo, dar provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que, promovendo-se a inversão do ônus da prova, proceda-se a novo julgamento.

Já no tocante ao arrendador, conclui-se não haver responsabilização, uma vez que analisada sua responsabilidade em confronto com o Código Civil, em que a responsabilidade solidária não se presume, só resulta da lei ou da vontade das partes.

Destarte, o arrendador só poderá ser responsabilizado nos casos em que houver expressa previsão legal no contrato de arrendamento, caso contrário está em plena discordância com o Código Civil Brasileiro.

## 2.2 RESPONSABILIZAÇÃO NO DIREITO AGRÁRIO

Os contratos agrários podem ser escritos ou verbais, tendo alguns requisitos essenciais que o regem. Dentre eles, estão os que regulam qualquer contrato no direito brasileiro, sendo o acordo de vontade das partes, agente capaz, objeto lícito e possível, determinando ou determinável e forma prescrita ou não proibida por lei, conforme artigo 104, do Código Civil.

Existem cláusulas obrigatórias ao contrato de arrendamento rural, estando elas disciplinadas no artigo 13 do decreto 59.566/66. São estas cláusulas utilizadas para a proteção e a conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica dos arrendatários.



Nos contratos agrários, existem deveres e obrigações de arrendadores proprietários dos imóveis rurais, assim como do arrendatário locatário. É obrigação do arrendatário utilizar o imóvel rural, conforme convencionado, ou presumido, caso haja somente contrato verbal, e tratá-lo com o mesmo cuidado como se seu fosse. Não pode alterar sua destinação, estipulando em contrato que deverá devolver o imóvel, ao término do contrato, ser devolvido como o recebeu no início do ajuste, sendo o responsável por qualquer prejuízo resultante do uso predatório culposo ou doloso, em relação a toda a área cedida no contrato de arrendamento. Assim preceitua o art. 41, do Decreto 59.566/66.

Conforme o artigo 27, também do Decreto 59.566/66, ocorrendo o inadimplemento das obrigações assumidas por qualquer das partes, assim como o não cumprimento das cláusulas obrigatórias dos contratos de arrendamento sendo estas as que asseguram a proteção dos recursos naturais, poderá o contrato ser rescindido, assim como a parte inadimplente fica obrigada a ressarcir as perdas e danos causados, tanto à outra parte contratante, quanto a terceiros.

O artigo 42 do Decreto regulamentador também pondera que o arrendador poderá se opor a cortes e podas, se danosos aos fins florestais ou agrícolas a que se destina a gleba objeto do contrato.

Assim, levando-se em consideração que o arrendatário causa um dano à área de preservação permanente do imóvel rural, fica claro, pelo que já foi apresentado, que ele responderá civilmente pelo dano. Porém, quanto à responsabilidade civil do proprietário arrendador do imóvel rural, há que se falar em responsabilização para esta parte contratante, levando-se em consideração o Direito Agrário brasileiro.

Visto que o arrendador é beneficiado pelo contrato, tendo porcentagens dos lucros obtidos com a produção do imóvel, é inviável culpar somente o arrendatário. O arrendador tem também o dever de fiscalizar as ações realizadas em suas terras, pois ainda é possuidor do imóvel. Apesar de não exercer a posse direta, colhe os frutos ali produzidos.

Deve-se, principalmente, observar as cláusulas contratuais obrigatórias, como explica Fagundes (2015, s.p.):

[...] deve ser observado que estabelecer estas cláusulas contratuais agrega segurança aos contratantes. Um contrato de arrendamento rural que não prevê a conservação dos recursos naturais pelo arrendatário, pode, em uma eventual fiscalização ambiental, gerar uma multa ao arrendador, já que nessa

situação quem responde pela correta utilização e conservação dos recursos naturais é o proprietário.

Observa-se que a responsabilidade subsidiária é aquela assumida por mais de uma pessoa, seguindo uma ordem de responsabilização das partes envolvidas, no que tange às obrigações empresariais, conforme artigo 1.024 do código civil.

Glagilano e Pamplona Filho (2009, p. 78) asseveram que, na responsabilidade subsidiária, um sujeito tem a dívida originária e o outro a responsabilidade por essa dívida. E não sendo possível executar o efetivo devedor, quando acontece o inadimplemento da obrigação, podem ser executados os demais sujeitos envolvidos na relação obrigacional.

Como na legislação agrária não há nenhuma enunciação que alegue que o arrendador responderia solidariamente pelos danos causados pelo arrendatário, pode-se somente aplicar a responsabilidade solidária se houver previsão legal que a autorize ou expressamente estabelece em contrato. Assim, presume-se que, neste caso, o arrendador responderia subsidiariamente, visto não caber responsabilidade solidária.

## 2.3 RESPONSABILIZAÇÃO NO DIREITO AMBIENTAL E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A responsabilização civil por danos ambientais tem como base legislativa a lei de política nacional do meio ambiente, partindo do preceito de que o direito ambiental é de interesse de toda a coletividade, uma vez que toda a sociedade tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e a uma qualidade de vida saudável.

Assim, o intuito da responsabilização por danos ambientais pretende assegurar que a pessoa causadora do dano arque com todos os prejuízos causados ao meio ambiente, estabelecendo que o poluidor restaure o meio ambiente degradado ao que era anteriormente, se assim for possível.

O artigo 14, parágrafo 1º da Lei 6938/81, estabeleceu a responsabilidade civil objetiva por danos ambientais. Desta forma, existindo dano e nexo causal, não há a necessidade da comprovação da culpa do agente.

Desta forma, Araújo (2012, p.168):

Existindo a comprovação do liame que ligue o indivíduo ao dano ambiental, responde o agente pela lesão, sendo dispensável a comprovação de sua

ação. Basta que se demonstre a existência do dano como decorrência do exercício de uma atividade perigosa considerada como uma influência causal decisiva.

No direito ambiental, adota-se a Teoria do Risco Integral, a qual imputa à atividade perigosa ou potencialmente poluidora o dever de reparação, em caso de dano pelo autor do fato, consubstanciado de ônus de sua atividade o dever de reparação dos danos causados por ela. Na Teoria do Risco Integral, até mesmo aos atos lícitos, às atividades corretamente licenciadas, são impostas as reparações necessárias. A pessoa que age dentro da legalidade e ainda assim vem a causar algum dano ao meio ambiente por decorrência da atividade, deverá indenizar os prejuízos ocorridos pela ação.

Destarte, comprovada a lesão ambiental, é necessário o estabelecimento da relação de causa e efeito entre a ação do agente e o dano causado desta ação. Comprovado o dano, existe a obrigação de indenizar.

A Constituição Federal de 1988 elenca a responsabilidade civil objetiva da seguinte forma:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.  
 § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A responsabilidade civil pelos danos ambientais se dá por versar sobre interesses coletivos e difusos, buscando a maior proteção possível ao meio ambiente, impondo ao agente responsável pelo dano o risco ambiental inerente de sua atividade.

Destarte, no caso hipotético analisado, o arrendatário e o arrendador são responsabilizados solidariamente, pois, conforme o artigo 225, caput, da CF, todos os envolvidos, direta ou indiretamente, devem cuidar da tutela ao meio ambiente.

Como já citado anteriormente, no artigo 3º, inciso IV da Lei 6938/81, o poluidor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora da degradação ambiental é responsável pelo dano.

Em suma, pode-se considerar que a responsabilização cível no âmbito do direito civil dar-se-ia somente pela pessoa do arrendatário, uma vez que ele cometeu o dano ambiental, tendo o dever de repará-lo. Já no âmbito do direito agrário, pode-

se entender que a responsabilização cível dar-se-ia, primeiramente, pelo arrendatário do imóvel agrário, uma vez que ele cometeu o dano ambiental. Porém, como o arrendador também obtém os lucros de todas as produções pelo imóvel, deveria responder subsidiariamente caso o devedor principal não conseguisse arcar com as dívidas. E no âmbito do direito Ambiental-Constitucional, verifica-se que a responsabilização cível dar-se-á de forma solidária, uma vez que o direito ambiental é um direito difuso, de interesse de toda a sociedade, sendo responsabilidade de todos os envolvidos, direta ou indiretamente. Assim, tanto o arrendatário locatário, que causa o dano ambiental, como arrendador proprietário do imóvel, que tem o dever de fiscalizar a sua utilização, deverão ser responsabilizados solidariamente pelos danos ambientais causados.

### **3 DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

A sistematização do ordenamento jurídico brasileiro é formada por um sistema de normas jurídicas posicionadas em vários níveis. A constituição Federal é a norma superior, ocupando o topo da pirâmide. E encontra-se acima das demais normas que são nomeadas como normas infraconstitucionais, que devem seguir todos os preceitos estipulados na norma constitucional.

A Constituição, além de imperativa como todas as normas do sistema jurídico, é especialmente suprema, colocada em condição de proeminência em relação às demais regras normativas, que a ela deverão se subordinar, seja quanto ao modo de sua elaboração, seja pela matéria que explicita.

Dirlei da Cunha Jr. (2010, p. 107) destaca:

A noção de supremacia é inerente à noção de Constituição, desde que essa superioridade normativa implique a ideia de uma norma fundamental, de uma Fundamental Law, cujo incontestável valor jurídico atua como pressuposto de validade de toda ordem positiva estabelecida no Estado. A Constituição é a base da ordem jurídica e o fundamento de sua validade. Como norma jurídica fundamental, ela goza do prestígio da supremacia em face de todas as normas do ordenamento jurídico.

Ela se destaca como lei suprema, pois é fonte e ponto de partida para a produção de todas as outras normas do sistema jurídico, uma vez que é reconhecida pelo valor hierárquico superior que faz dela um parâmetro obrigatório de todos os atos da vida em sociedade. Desta forma, pela sua posição de norma jurídica suprema, requer que todas as situações jurídicas se conformem com princípios e regras que ela adota.

Todas as normas existentes na Carta Magna têm eficácia jurídica. Porém, há diferenciação no seu modo de aplicação. Na obra “Aplicabilidade das Normas Constitucionais”, o autor, Silva (2008, p. 63), classifica as normas em três espécies, sendo elas: normas de eficácia plena, contida e limitada.

As normas de eficácia plena são todas as normas que, a partir do momento em que a CF ou dispositivo entra em vigor, produzem seus efeitos principais, tendo influência direta e imediata sobre a matéria de que é objeto, são autossuficiente. Assim, não dependem, para produzir seus efeitos, da criação de normas para sua

complementação, pois já possuem todos os elementos e requisitos necessários para produção de efeitos e aplicação.

As normas de eficácia contida, por sua vez, são assim esclarecidas nas palavras de Silva (apud ARAUJO, 2015, s.p.):

O legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas enunciados.

Desta forma, apesar de possuírem condições de produzir efeitos desejados, a partir da entrada em vigor da CF, pode ocorrer de ter sua abrangência abradada por normas infraconstitucionais posteriores, suportando restrições em sua eficácia e aplicabilidade originárias, ou então por aplicação de outras normas constitucionais no acontecimento de situações excepcionais.

Conforme Araujo (2015, s.p.):

[...]estas normas são as que tratam de direitos individuais ou de entidades públicas ou privadas, que são passíveis de limitação por uma lei futura, como o direito de greve no art. 9º da CF, que foi restringido, conforme já previsto no § 1º, pela lei 7.783/89, no que se refere a serviços e atividades essenciais.

Por último, as normas de eficácia limitada, que, basicamente, dependem de complementação legislativa. Porém, conforme Silva (2003, p. 103), têm: “aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.” Araujo (2015, s.p.) ainda destaca um ponto importante, no qual aduz:

[...] estas normas, não que não tenham eficácia, mas, na verdade, possuem um mínimo efeito, pelo menos, vinculando o legislador infraconstitucional no sentido de proporcionar que o interesse indicado por tal norma seja efetivado, estabelecendo um dever ao legislador ordinário, condicionando a legislação futura sobre a matéria ao critério de constitucionalidade, declarando nossa concepção de Estado e sociedade, inspirando o ordenamento jurídico, visando seus fins sociais, proteção de valores e busca do bem comum, dando sentido à interpretação, integração e aplicação das leis, condicionando a atividade do Poder Público e, principalmente, estas normas “possuem eficácia ab-rogativa da legislação precedente incompatível”, destaca Novelino, e impedem “que o legislador edite normas em sentido oposto ao assegurado pela Constituição.

Os direitos fundamentais não surgiram concomitante, mas em épocas diferentes, a partir das necessidades de cada período, sendo esta ordenação desenvolvida pouco a pouco de forma sequencial, através do texto constitucional,

dando origem às gerações, sendo que, a cada nova geração, a anterior não deixa de existir, mas, sim, coexiste.

Trabalhando ainda a ideia de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal, fazem parte das cláusulas pétreas, uma vez que a positivação desses direitos teve a finalidade de produção dos indivíduos frente ao poder público. Os direitos fundamentais são classificados conforme seu reconhecimento pela Constituição. Assim, subdividem-se em direitos fundamentais de primeira geração, que englobam os direitos individuais, a liberdade e a vida; direitos fundamentais de segunda geração, os quais abarcam os direitos sociais, econômicas e culturais; direitos fundamentais de terceira geração, que enquadram os direitos de fraternidade; direitos fundamentais de quarta geração, que compreendem aos direitos à democracia, à informação e ao pluralismo.

Analizando mais profundamente os direitos fundamentais de terceira geração, Villela (2012, s.p.) o conceitua como:

Os direitos fundamentais direcionados com o destino da humanidade, inicialmente preocupados com o Meio Ambiente e a sua proteção e conservação, o desenvolvimento econômico e a defesa do consumidor. Esta visão decorrente da organização social, que é a partir dessa geração que surge a concepção individual considerada em sua unidade e não na fragmentação individual. Logo, percebe-se que essa geração contribuiu de forma maciça no surgimento de uma consciência jurídica de grupo e na consequência redimensionamento da liberdade de associação e de outros direitos coletivos, também chamados de Direitos Transindividuais ou Difusos.

Assim, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é classificado como um direito fundamental de terceira geração, pois se preocupa tanto com a proteção do meio ambiente para um qualidade de vida da sociedade atual, como também para as futuras gerações, configurando, assim, o senso de solidariedade.

A partir desta análise constitucional de todo o ordenamento jurídico, pode-se delinear qual seria a melhor solução apontada para o caso hipotético apresentado.

Trabalhando a ideia central, na qual é analisada a responsabilidade civil do arrendador do imóvel rural pelo uso indevido da área de preservação permanente pelo arrendatário, primeiramente, é necessário deixar claro que os danos ecológicos, explicitados anteriormente, são danos causados a toda a coletividade, uma vez que afetam toda a sociedade não existindo a necessidade de delinear os afetados diretamente.

Posteriormente, fica clara a responsabilização do arrendatário do imóvel, uma vez que ele cometeu diretamente o dano ambiental, devendo ser responsabilizado por seus atos.

Por conseguinte, analisando o contrato de arrendamento rural, no qual tanto arrendatário quando arrendador obtêm lucros advindos da propriedade, e se são estipuladas as regras contratuais obrigatórias para proteção do meio ambiente, os dois deveriam zelar pelo imóvel, uma vez que todos os envolvidos terão benefícios financeiros.

Desta forma, pela supremacia constitucional, as regras constitucionais ambientais são as que melhor se enquadram na resolução da hipótese, pois, conforme o artigo 225 da Constituição Federal, todos os envolvidos, direta e indiretamente com os danos, têm responsabilidade sobre ele. Assim, a responsabilidade do arrendador proprietário do imóvel agrário é solidária como o arrendatário.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante o exposto, o presente trabalho, no qual se busca a responsabilidade cível por dano ocasionado à área de preservação permanente do proprietário arrendador do imóvel, em contrato de arrendamento rural, como exclusivamente causado pelo arrendatário, chegou às seguintes considerações.

Foram explicitados três posicionamentos conforme áreas do direito envolvidas no caso hipotético.

Primeiramente, através da análise pelo direito civil, foi levantada a hipótese de responsabilização exclusiva do arrendatário locatário do imóvel agrário, levando-se em consideração os artigos 186 e 187 do Código Civil. Porém, esta teoria não poderia ser aplicada, visto que há normas específicas de responsabilização nos contratos agrários, além da matéria ser tratada pela Constituição Federal no caso de danos ao meio ambiente. Assim, pela teoria da especificidade das normas, a responsabilização somente sobre o arrendatário não poderia ser aplicada.

Como segunda hipótese de responsabilização cível, foi levantada a teoria no âmbito do Direito Agrário. Partiu-se da premissa de que, nos contratos de arrendamento rural, tanto arrendador proprietário quanto arrendatário locatário obtêm lucros com as produções desenvolvidas no imóvel rural. Tanto arrendador, quanto arrendatário responderiam. Porém, a responsabilidade, nesse caso, dar-se-ia de forma subsidiária, visto que, quem cometeu o ilícito, foi o arrendatário. Contudo, esta hipótese cai por terra devido à proteção constitucional-ambiental relativa ao tema.

A terceira hipótese analisada versava sobre o âmbito do Direito Ambiental-Constitucional, no qual se avaliava a responsabilidade cível do proprietário arrendador do imóvel. No caso hipotético apresentado, em se tratando de dano ao meio ambiente, a Constituição Federal, em seu artigo 225, caput, aduz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este bem comum do povo e essencial à

sadia qualidade de vida. Impõe-se, portanto, a todos os envolvidos, Poder Público e coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações. Assim, todo e qualquer envolvido na atividade causadora do dano, direta ou indiretamente, será punido.

Sendo assim, a hipótese mais adequada ao caso hipotético apresentado - em virtude do sistema jurídico constitucional aplicado no Brasil, que, pela teoria da Supremacia Constitucional, prevalece a norma emanada da Constituição em detrimento das normas infraconstitucionais, será a teoria Ambiental Constitucional, pois o meio ambiente saudável e protegido é um direito fundamental de toda a coletividade, sendo direito fundamental de terceira geração.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernanda Cavalcanti de. O Dano Ambiental. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 09 set. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.49815&seo=1>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. 2014.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA**: comentário a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ARAUJO, Pedro. A aplicabilidade das normas normas constitucionais segundo José Afonso da Silva. **Jus Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://pedroaraujoprogram.jusbrasil.com.br/artigos/232444029/a-aplicabilidade-das-normas-constitucionais-segundo-jose-afonso-da-silva>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

ARAUJO, Rodolfo de Medeiros. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Editora CL EDIJUR. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.830, de 17 de Outubro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental e Rural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm)>, Acesso em: 30 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 59.566 de 14 de novembro de 1966**. Regulamenta os contratos de arrendamento agrário e parcerias rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d59566.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2012**. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>, Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção de vegetação nativa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>, Acesso em: 30 maio 2017.

CUNHA JR., Dirley da. **Curso de Direito Constitucional.** 4 ed. rev. atul. e ampl. Bahia: Editora Malheiros. 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil.** 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, v.7.

DUARTE JR., Ricardo César Ferreira. Princípios do Direito Ambiental e a Proteção Constitucional ao Meio Ambiente Sadio. **E-gov.** 2011. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/princ%C3%ADpios-do-direito-ambiental-e-prote%C3%A7%C3%A3o-constitucional-ao-meio-ambiente-sadio> >. Acesso em: 19 jun. 2017.

FAGUNDES, Hernando Ricardo Furtado. Contratos de arrendamento rural: tópicos relevantes. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 139, ago 2015. Disponível em:<[http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=15230&revista\\_caderno=21](http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15230&revista_caderno=21)>. Acesso em: 05 maio 2017.

FARIAS, Talden Queiroz. Princípios gerais do direito ambiental. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 35, dez 2006. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1543](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1543)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

FREITAS, Aurélio Marcos Silveira de. Concepções principiológicas do Direito Agrário. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11181&revista\\_caderno=7](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11181&revista_caderno=7)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze e FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil.** São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2

LUCENA, Sergeano Xavier Batista de. **Defesas Ambientais.** São Paulo: Anhanguera Editora Jurídica. 2013.

MAIA, Antônio Maria Claret. **O Instituto das Terras Devolutas e a Legislação Fundiária do Estado de Minas Gerais.**

OPITZ, Sílvia C. B; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário.** 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais.** 7ª ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2008.

SILVA, Mateus Maciel César. Direito Ambiental à luz da Constituição Federal. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 18 fev. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.52535&seo=1>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

VIEIRA, Angêla Diniz Linhares. Cláusulas Obrigatórias dos Contratos Agrários: Instrumentos de efetivação da Função Social da Propriedade Rural. **Revista Direito e Humanidade**. n.25, 2013. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_direito/article/viewFile/2360/1555](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/viewFile/2360/1555) >. Acesso em: 02 jun. 2017.

VILLELA, Vanderlei da Silva. A terceira geração fundamental – Meio Ambiente. **E-gov**. 2012. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/terceira-gera%C3%A7%C3%A3o-fundamental-meio-ambiente-0>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

## OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Patrícia José de; BUAINAIN, Antônio Márcio. Os contratos de arrendamento e parceria no Brasil. **Rev. direito GV [online]**. 2013, vol.9, n.1.

ALMEIDA, Paulo Santos de. O meio ambiente e sua sistematização constitucional: Breves considerações. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2666](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2666)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BORGES, Antonio Moura. **Curso Completo de Direito Agrário**. São Paulo: CL EDIJUR, 2005. 800pg.

BUENO, Francisco de Godoy. Arrendamento e Parceria Rurais – Questões Cíveis e Tributárias Relevantes – Novas alterações. Disponível em: <<http://www.godoybueno.adv.br/artigo1.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

DUQUE, Bruna Lyra. Teoria geral da obrigação solidária. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 63, abr 2009. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5908](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5908)>. Acesso em: 02 jul. 2017.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. rev., ampl. e atual. em face da Rio+20 e do novo “Código” Florestal. São Paulo : Saraiva, 2013.

GERMANI, Luiz Augusto. Hierarquia das leis Ambientais. **Revista: Agroanalysis**, p. 49. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/35609/34408>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

GUIMARÃES, Simone de Almeida Bastos. O dano ambiental. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 7, n. 58, 1 ago. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3055>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco. O que uma coisa tem a ver com a outra? **Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro** / Wigold Bertoldo

Schäffer... [et al.]. – Brasília: MMA, 2011. 96 p. : il. color. ; 29 cm. + mapas. (Série Biodiversidade, 41). Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/202/\\_publicacao/202\\_publicacao01082011112029.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_publicacao/202_publicacao01082011112029.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

LEUZINGER, Márcia Dieguiz; VARELLA, Marcelo Dias. **O meio ambiente na Constituição de 1988: um sobrevôo sobre alguns temas 20 anos depois.** Disponível em: < <http://docplayer.com.br/10126697-O-meio-ambiente-na-constituicao-de-1988-um-sobrevoo-sobre-alguns-temas-20-anos-depois.html> >. Acesso em: 17 jun. 2017.

LAURINDO, Victor Hugo; GAIO, Daniel. **Áreas de Preservação Permanente do Novo Código Florestal e o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental.** Disponível em: < <http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT3-172-31-20140518123512.pdf> >. Acesso em: 15 jun. 2017.

MADEIRA, Júlio César; MADEIRA, Carlos Guilherme; MADEIRA, Sérgio Danilo. A educação ambiental enquanto um direito humano e fundamental: uma análise da experiência constitucional brasileira. **Revista Eletronica do Curso de Direito – UFSM.** Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/download/8335/5022>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

MARTINS, Dayse Braga. Direito constitucional ambiental. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/2116>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

OLIVEIRA, André Pinto de Souza. Direito Ambiental Constitucional – Uma Análise Principiológica da consolidação do estado protetor do ambiente nas constituições brasileiras e portuguesas. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG.** Belo Horizonte, nº 51, p. 46-68. Jul – dez. 2007. Disponível em: < <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/download/50/47>>. Acesso em: 23 maio 2017.

PINTO, Paula Camila. **Dano Ambiental:** conceito, classificação e formas de reparação. Disponível em: < <https://paulacamilapinto.com/2011/12/09/dano-ambiental-conceito-classificacao-e-formas-de-reparacao/> >. Acesso em: 15 jun. 2017.

RINCO, Rosemay Martins. Considerações acerca da eficácia e aplicabilidade jurídica das normas constitucionais. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 21 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55478&seo=1>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

ROSA, Mardióli Dalla. A relevância ambiental das áreas de preservação permanente e sua fundamentação jurídica à luz do Código Florestal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 104, set 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12233](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12233)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ROSSONI, Waléria Demoner. Arrendamento rural: conceito nos moldes do Estatuto da Terra e aspecto distintivo da Locação Urbana. **Juris Way**. 2010. Disponível em: < [https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=5147](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5147) >. Acesso em: 21 jun. 2017.

SILVA, Américo Luíz Martins da. A eficácia das normas jurídicas Ambientais. **Revista forense: doutrina, legislação e jurisprudência**. 2005. Disponível em: < a href="http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual<.bibliotecas:artigo.revista:2004:4000646291">A eficácia das normas jurídicas ambientais</a>. Acesso em: 01 jul. 2017.

SILVA, Deivit Pinheiro da; SCHÜTZ, Hebert Mendes de Araújo. O dano ambiental e sua responsabilização civil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 103, ago 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11863](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11863)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SILVA, Flávia Martins André da. Contratos agrários de arrendamento e parceria. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 4, no 175. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1221>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SOUZA, Ana Clara Cabral de. Responsabilidade Civil por Danos Ambientais. **Recanto das Letras**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/417102> >. Acesso em: 22 jun. 2017.

VASCONCELLOS E BENJAMIN, Antonio Herman De. O Meio Ambiente da Constituição Federal De 1988. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: < [www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/informativo/article/viewFile/.../407](http://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/informativo/article/viewFile/.../407) >. Acesso em: 23 jun. 2017.

VAZ, Neilo Márcio da Silva. A perspectiva do direito ambiental na Constituição brasileira de 1988, a partir da proposição analítica de Birnfeld em “Arquitetura normativa da ordem constitucional brasileira”. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9168](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9168)>. Acesso em: 22 jun. 2017.

VILLIATTI, Fernanda Albino. Visão Contitucional do Direito Ambiental. **Direito Net**. 21 out 2004. Disponível em: < <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1777/Visao-constitucional-do-Direito-Ambiental> >. Acesso em: 8 jun. 2017.